



Número 4 - Julho de 2008

| | |
|---|----|
| EDITORIAL – A família contemporânea, vai bem? | 2 |
| APRESENTAÇÃO – Notícias e textos das Jornadas do CIEN, acontecidas em Bs. As. e Saintes, na França | 4 |
| HÍFEN – Eric Laurent escreve sobre a não-relação dos sexos e a igualdade dos termos | 13 |
| ENTRE-VISTA – Frei Cláudio van Balen, teólogo, responde às perguntas sobre a Família | 18 |
| LABOR(2)TÓRIOS – Vários laboratórios testemunham a orientação que norteia suas práticas frente à Família | 20 |
| PONTO DE VISTA – Das meninas de <i>família</i> às famílias de <i>meninas</i> | 31 |

Para ler o CIEN-Digital, ajuste o documento à tela e pressione as teclas **Page Up** e **Page Down** de seu teclado para mudar de página

Maria Rita Guimarães

Freud, em Mal-estar na Civilização, ao conjecturar sobre as razões determinantes do surgimento do agrupamento humano que chamamos família, disse que Eros e Anankê seriam os progenitores da civilização. Partindo dessa afirmação, chegamos à idéia freudiana de que natureza da função deste núcleo iniciante baseia-se na proteção, visto o desamparo estrutural do ser humano. A metáfora da qual Freud se serve equivalendo a necessidade sexual ao "hóspede que aparecia de repente na casa de alguém e, depois de sua despedida, não dava mais notícias" – ressalta o aspecto confortador, protetor, adquirido através da nova modalidade de laço social que se constituía:

do macho que retinha, junto a si, a mulher, ou mais em geral, os objetos sexuais. As fêmeas, por sua vez, não queriam se separar de seus desvalidos rebentos, e viram-se obrigadas a permanecer junto ao macho,

mais forte, justamente no interesse daqueles.

Então, não nos surpreendemos de que a Anankê – necessidade de satisfação sexual e de sobrevivência; Eros – protagonista do laço, da união – trabalhem em oposição à dispersão, prestando amparo aos vínculos. A natureza da família se afirma, desde estas premissas, pelos aspectos discursivos, sociais, políticos e econômicos. Além disso, a estrutura desigual da relação entre os sexos está anunciada por Freud, ao estabelecer que o objeto de interesse para o homem (mulher) não coincide, em reciprocidade, com o objeto de interesse feminino, (filho) de modo que entre um sexo e outro se demarca uma zona de não-recobrimento.

A família se instaura, portanto, por esta zona "aberta", em que se revela que entre homem e mulher não há complementaridade: há uma "crise" que acompanha, es-

truturalmente, a família, esteja como esteja constituída, até os dias que correm. Nestes, devido à interpretação de que ela se apresenta em situação de fragilidade-limite, novos discursos e ações sociais se organizam em forma de rede que lhe presta amparo e proteção.

Uma das perguntas, lançada por CIEN-Digital, toca este ponto: a família contemporânea encontra-se mais protegida por esta rede, discursiva e de serviços, colocados à sua disposição?

O elenco de textos que CIEN-Digital apresenta faz jus à complexidade do tema e às suas conseqüências "concretas" para nós, participantes de Laboratórios do CIEN e trabalhadores nas múltiplas esferas de ação na Assistência social, Escolas, Saúde Mental, Saúde Pública, Ministério Público, Judiciário, etc., no vasto território brasileiro. Mas, não apenas Brasil. Se a família pode ser considerada como "fato de lin-

guagem", os sintomas produzidos por este "impossível a dizer" apresentam-se na práxis feita alhures. Testemunham esta prática "estrangeira" os textos de **Philippe Lacadée** – e o de **Michèle Rivoire**, (LABOR(a)tórios): a eles agradecemos a generosidade do envio dos trabalhos. Seguindo nesta proximidade com o estrangeiro, em Buenos Aires, **CIEN-Brasil** apresentou um trabalho coletivo dando conta da ação interdisciplinar realizada pelos laboratórios no Brasil (Apresentação).

Contaremos, na continuidade de nosso trabalho em 2008, com a precisa orientação que **Eric Laurent**, assessor do CIEN, nos deixa no texto, inédito, enviado por ele para esta publicação. (HIFEN) Nosso melhor agradecimento a **Eric Laurent** será, sem dúvida, o ensinamento que extrairemos das idéias aí transmitidas, através do debate ao qual elas nos convidam com entusiasmo. É o que nos advém das respostas dadas ao CIEN-Digital por **Frei Cláudio**, teólogo muito reconhecido, não apenas em Belo

Horizonte, por seu trabalho e pensamento (ENTRE-VISTA). Poderemos verificar o "vivo" e particular do trabalho de cada Laboratório, sobretudo o que se mostra de interdisciplinar, via a leitura dos textos em LABOR(a)tórios. Os efeitos dos debates realizados nos laboratórios ecoam em PONTO de VISTA.

Boa leitura! Aguardamos sua contribuição à construção de nosso Boletim. Envie-nos textos, comentários, críticas e sugestões.

NOTÍCIAS DO MUNDO CIEN...

III JORNADA INTERNACIONAL DO CIEN: MODOS DE ENCLAUSURAMENTO

Fernanda Dias e Simone Bianchi

No dia 19 de abril de 2008, em Buenos Aires, no auditório do Colégio Escribanos, aconteceu a III Jornada Internacional do CIEN com o tema "Modos de enclausuramento". Contando com a participação de colegas de vários países, a Jornada realizou-se em três mesas de trabalhos, na seguinte seqüência: uma primeira mesa dedicada ao campo jurídico¹ (*), a segunda ao campo pedagógico e a última ao campo das políticas públicas.

A partir dessa Jornada, o que poderíamos dizer sobre os modos de enclausuramento? Temos aqui, como ponto de partida, a tese de

que não estamos mais numa modernidade sólida - sustentada pelos ideais da autoridade - como menciona Bauman. Concluímos então, que a lei para todos - fundamento universal - onde o pai seria um ponto de basta, não garante mais a ordem da casa. Temos, portanto, novas modalidades do laço social. O discurso capitalista, variante do discurso do mestre nos propõe uma civilização baseada no imperativo de se gozar cada vez mais. E foi o que levou Jacques-Alain Miller a formular o matema da modernidade: $a > I$. Assim, uns dos impasses atuais da sociedade é que o significante passa a servir mais ao gozo do que à comunicação, um gozo fora da castração, decorrente da queda dos semblantes do pai. Entretanto, podemos ver em nossa época a pluralização dos Nomes do Pai através da variedade de sintomas. As formas de enclausuramento, então, podem ser abordadas pelo viés do sintoma como invenção e o enclausuramento como parte de um processo de construção de algo novo.

Para que tal orientação seja colocada em ação, precisamos, como citou Judith Miller, de uma "psicanálise líquida". Aquela capaz de ampliar espaços, estar nos mais diversos luga-

res da sociedade para dar provas dos efeitos que pode produzir em prol da invenção desse algo novo. Deste modo, de acordo com o que Eric Laurent expôs em sua Conferência, é no contato interdisciplinar que os laboratórios do CIEN, ao promoverem tais efeitos de transmissão da psicanálise, aparecem como

"o lugar de tratamento do impossível nas profissões impossíveis. Ao invés de reduzir os impossíveis a uma pulverização de cifras, causar o profissional para suportar as paixões que surgem no corpo a corpo."

Ao levar em consideração o último de ensino de Lacan Eric Laurent nos propõe pensar três modos de enclausuramento: na vertente do real, do simbólico e do imaginário. Essa formulação, a nosso ver, poderia ser correlacionada a uma passagem do seminário *Les nom dupes* errent

"Os Nomes do Pai é isto: o Real, o Simbólico e o Imaginário. [...] São os nomes primeiros porquanto nomeiam algo.

Diante do fracasso do Nome-do-Pai são numerosos os Nomes do Pai, para fazer-lhe suplência.

¹ A primeira mesa foi inaugurada com o relatório do CIEN-Brasil publicado neste CIEN-Digital.

TRABALHO COLETIVO DO CIEN-BRASIL EM BUENOS AIRES, ABRIL 2008

DO RACISMO DE DISCURSO À COMUNIDADE DE DISCURSO — CIEN BRASIL(*)

Interrogar os modos de enclausuramento hoje é considerar como a segregação se faz, não só a partir dos significantes que asseguram um pertencimento a uma comunidade, mas também dos modos de gozo que se evidenciam nos discursos que circulam em nossa "modernidade líquida". Este é o modo como se refere Zygmunt Bauman à época em que os laços humanos, outrora duráveis e densos, desmancham-se e se reconstróem com muita rapidez, e as instituições, outrora estáveis, findam por não mais oferecer uma âncora aos sujeitos às voltas com sua ebulição pulsional. Jacques-Alain Miller ao fazer uma correspondência entre a modernidade líquida e o Outro que não existe, caracterizou-a pela mobilidade dos ideais, a volatilização dos limites, das fronteiras, e pelas transformações tecnológicas aceleradas que produzem um fenômeno de unificação da informação que aparece como desestruturacão.

A exclusão gerada pelas novas formas de segregação produz, no dizer de Bauman, um "refugio humano", "os inúteis"², seres definitivamente encarados como não mais necessários.

Eles são "excessivos", "redundantes", produtos inevitáveis do mercado globalizado que só leva em conta aqueles que podem consumir e mantê-lo funcionando.

Se, por um lado, proliferam as vítimas desse processo segregativo, vemos também aparecer uma infinidade de novos grupos com projetos os mais variados com a oferta de diversas possibilidades para que esses excluídos encontrem um lugar e possam fazer laço. Alguns procuram construir novas formas de comunidades dentro das favelas atravessadas por fronteiras invisíveis e alimentadas pelo medo e a insegurança. Nesta construção é que se destaca a importância de um espaço para falar destas dificuldades e discuti-las. Falar não somente dos problemas vividos, mas apontar a perspectiva segundo a qual é possível fazer a palavra se movimentar³.

É interessante pensar que as favelas no Brasil passaram a ser denominadas 'comunidades', na tentativa de criar um campo de pertenc-

cimento que não seja reduzido à pobreza e à exclusão, referências que a favela representava.

Os projetos surgem, muitas vezes, como respostas criativas para lidar com situações traumáticas, numa tentativa de reinventar um Outro no qual se possa ter um lugar. O que se revela no impacto do trauma é que o Outro não existe, e que os sujeitos se vêem em sua condição de dejetos às voltas com um excedente pulsional no mais íntimo de si mesmos, prestes a destruir ou ser destruído, em contrapartida ao que incide sobre eles como gozo caprichoso do Outro.

Temos no Rio de Janeiro o exemplo do Grupo Cultural AfroReggae, que surgiu após uma chacina policial em Vigário Geral, como uma tentativa para evitar que a população daquela comunidade sucumbisse ao desespero.

Contudo, esses projetos sustentados tanto por organizações governamentais como não governamentais são atravessados por paradoxos e terminam, às vezes, também por produzir exclusão. É o que pudemos observar no trabalho do laboratório "Causar para não segregar"⁴, na interdisciplinaridade com os educadores do AfroReggae; uma vez constituídos como grupo a partir de um forte modelo identificatório, eles

² Bauman, Zygmunt: Vidas desperdiçadas.

³ Essa tem sido a experiência do laboratório Entrar no movimento coordenado por Siqueira Fídias.

⁴ Laboratório Causar para não segregar coordenado por Maria do Rosário do Rêgo Barros e Maria Cristina Bezerril.

também podem cair na armadilha do racismo de discurso, fenômeno apreendido por Lacan⁵, que Eric Laurent tão bem situa em seu texto "Segregación y diferenciación".⁶

O racismo de discurso evidencia o que Bauman chamou de modernidade líquida, em que se coloca o problema do "refugio humano" e de sua remoção como lixo. Ou seja, se o discurso se propõe a tratar um excedente pulsional estranho e inassimilável, quando o excedente de gozo fica insuportável pelas próprias falhas do discurso que serviria para tratá-lo, ele é depositado como ameaçador no gozo suposto ao outro. Esse excedente pulsional não desaparece ao se excluir, ou seja, ao se sacrificar uma vítima para promover a unidade; ele está sempre retornando de diversas maneiras, evidenciando que os significantes identificatórios não são mais suficientes para unir o grupo em nome da exclusão da vítima. Os indivíduos se vêem, então, às voltas com imperativos desenfreados que alimentam o racismo de discurso e a comunidade que aquele discurso buscava sustentar, vê-se ameaçada por formas sutis do racismo que tentava tratar.

Nosso trabalho pretende trazer uma contribuição sobre os efeitos da conversação, no

estilo do CIEN, para a prática de profissionais que trabalham diretamente nessas comunidades em projetos os mais variados.

Tomaremos como referência a experiência de trabalho de quatro laboratórios nomeados: "Saber em Rede", "Entrar no Movimento", "Causar para não segregar" e "Práticas de Conversação". Duas vinhetas práticas, extraídas do trabalho de conversação interdisciplinar em duas escolas públicas, uma na zona leste de Belo Horizonte e outra na zona sul do Rio de Janeiro, balizarão nosso trabalho.

PRIMEIRA VINHETA

Uma pergunta sobre o que causa mal-estar na prática profissional orientou uma primeira conversação com um grupo de professoras da Escola Estadual Engenheiro Prado Lopes⁷, quando a maioria expressou que a relação entre a escola e os pais é muito complicada, uma vez que os pais não estão presentes na vida das crianças. A afirmação categórica das professoras, "as crianças não possuem referência familiar", foi interrogada ao final da conversação com a pergunta: "Quem é a referência destes alunos? Será que são os pais"? Em resposta, os

professores elaboraram uma atividade em que os alunos deveriam escrever ou desenhar quem é a pessoa de referência na sua formação, constatando-se que os pais, sobretudo as mães, foram os mais citados pelos alunos, embora tenham aparecido outras referências familiares, representadas em alguns casos até por outras crianças. Os professores se surpreenderam e houve uma suspensão na oposição entre pais e escola, ao mesmo tempo em que começaram a se perguntar sobre a função da escola.

Na conversação seguinte, os professores se dão conta de seu distanciamento da comunidade na qual a escola está inserida e da resistência da comunidade para com a escola. A diretora se pergunta, então, se a resistência não se deve ao nome da escola que, segundo ela, é o mesmo de uma favela considerada a mais violenta da cidade. Com essa suposição houve uma tentativa de se eximir da responsabilidade sobre a tensão existente entre os pais, os alunos e a escola, mas o que veio à tona foi o olhar de estranheza que se dirigia aos alunos ao identificá-los com a favela violenta. Pôde-se, então, verificar que os nomes não eram iguais, diferenciando-se por uma palavra: Engenheiro Prado Lopes, da escola, e Pedreira Prado Lopes, da comunidade. O nome da escola se faz enigma, e não mais algo que fixava um destino necessário de violência, ao qual, todos terminavam aprisionados.

⁵ Vide Lacan, Jacques: O aturrido in *Outros Escritos*, Jorge Zahar Editor, p. 462-463.

⁶ Publicado em *El Niño*, n. 6 - Revista do CIEN.

⁷ Esta escola está localizada em Belo Horizonte, onde se desenvolve o laboratório "Saber em rede". A vinhetta prática, produto do trabalho deste laboratório foi escrita para este relatório por uma de suas responsáveis Margareth Diniz.

A busca de saber quem foi esse engenheiro encontrou uma outra história que já havia sido depositada em um antigo livro de pano produzido sobre a história da escola. Surge, assim, a proposta de atualização desse livro na oficina de artesanato do Programa Fica Vivo. Nesse Programa participam a maioria das crianças da escola e em sua sede o laboratório se reúne. A atualização do livro levou professoras e alunos à descoberta da história viva dos habitantes da comunidade que se tece a cada dia a partir das contingências e do movimento para lidar com elas. Não é mais a fixidez da representação que vigora, e que alimentava o desânimo e o medo.

A conversa deu chance para circunscrever um outro real, que não determina imutavelmente, mas que escapa e que convoca, a cada vez, a construção de novas respostas.

SEGUNDA VINHETA

Quais são as suas dificuldades na aprendizagem? O que perturba o pensamento de vocês? Qual a função da escola e do ensino no futuro de cada um? Estas questões, propostas na primeira conversação do laboratório "Práticas de conversação"⁸ com uma turma de adolescentes considerada difícil e violenta, desdo-

braram-se em uma série de perguntas e colocações, envolvendo o tema da violência. Havia um esforço, que pôde ser recolhido dos ditos de cada um, no sentido de acreditar que o estudo ajuda a conseguir trabalho e a ganhar dinheiro — uma possibilidade para conquistar um futuro —, em oposição ao tráfico de drogas que no extremo de sua violência leva à morte, realidade do cotidiano desses adolescentes. Ao fim deste encontro, um deles nos encaminha por escrito a palavra: sexo. Pensamos que esta palavra, trazida à cena na conversação pelo trabalho associativo, indicou um outro real em jogo naquilo que atrapalhava o pensamento, recolocando a questão do futuro a partir de uma contingência outra que não a do mundo do trabalho, onde muitos duvidam que encontrarão lugar.

No encontro seguinte, retomando o fio do que havia sido falado no anterior, o grupo levantou uma série de questões sobre as doenças sexualmente transmissíveis, as formas de se preservar, os riscos da gravidez precoce. Suas perguntas falavam sobretudo da imbricação sexo e morte, e indicavam uma preocupação com a integridade física. Foi sublinhado que estas questões implicavam a responsabilidade de cada um em relação ao sexo, mas que do modo como colocadas deixavam de lado a dimensão do amor. A partir daí, os adolescentes passaram a falar dos casais de namorados da

turma, e a conversa deslizou para as formas de gozo, permitidas ou não, na relação sexual. Surge, então, a pergunta de uma professora: "Quem inventou o sexo"? A resposta de um aluno: "Fomos nós", re-situou as questões anteriores. Confirmamos: "É isso aí, sexo não tem pai, nem mãe", fazendo valer a responsabilidade de cada um, que dessa vez implicava não apenas a sobrevivência, mas a criatividade e o respeito na parceria.

Partindo desta questão da invenção no sexo, no terceiro encontro o grupo quis falar sobre o abandono de crianças na rua — tema que acrescentou algo à relação entre sexo e responsabilidade: sexo não tem pai nem mãe, mas gera filhos. Os adolescentes trouxeram a questão do descaso dos pais e do tráfico que usa essas crianças, que muito cedo trocam comida por droga. Se a criança surge do mal-entendido entre os sexos, ela pode se transformar em dejetos se não tiver quem se responsabilize por ela. Neste ponto os adolescentes conseguem falar de uma cena de violência ocorrida na turma, em que uma "brincadeira de bater" culmina no espancamento de um garoto. E é o viés da brincadeira que é sublinhado e interrogado, na medida em que a degradação da brincadeira em violência fixa as posições subjetivas. Não há permutação nesse jogo? É a pergunta que lhes endereçamos e com a qual concluímos nosso terceiro encontro. Seus efei-

⁸ A experiência deste laboratório acontece no CIEP João Goulart, Escola Estadual de Ensino Público, localizada na comunidade do Cantagalo, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

tos aparecem na surpresa dos professores com o espírito de solidariedade que começa a circular entre os alunos, e no convite para aquele que havia sido espancado e excluído para participar das brincadeiras.



"Espanca-se uma criança", expressão utilizada por Freud para indicar uma posição fundamental da criança, pode não ser apenas uma fantasia que permite o sujeito se virar com o resto, índice da não complementaridade e do mal-entendido inevitável; na verdade, ela pode também significar uma ameaça efetiva de ser deixado cair sem apelo. A conversação reinscre-

ve um Outro, não a partir de padrões de comportamento, mas do acolhimento da enunciação que abre o caminho da invenção.

O que podemos apreender dessas experiências é que para se passar do racismo de discurso, que enclausura, à comunidade de discurso, onde se tece o laço social, é preciso uma mudança na posição dada ao excedente, resgatando seu lugar de extimidade.

Se a primeira vinheta nos mostra a possibilidade de transformação na própria concepção de história, a segunda nos indica que essa transformação terá de se acompanhar de uma separação do lugar da vítima para não coincidir com o excedente que vira lixo, refugo humano. A conversação do Cien favorece essa separação, na medida em que a emergência da enunciação, fruto do trabalho associativo, pode fazer corte nas insígnias de gozo, quando encontra quem a receba.

Giorgio Agamben, em seu livro "A comunidade que vem – Teoria da singularidade qualquer", nos indica como "ser assim" pode articular o necessariamente contingente ao necessário de maneira contingente para dar lugar ao irreparável, nem necessário e nem contingente, mas impossível, onde se funda o amor⁹. A

⁹ Agamben, Giorgio: "La communauté qui vient - Théorie de la singularité quelconque", Paris 1990, La Librairie du XX Siècle - Seuil.

diferença e a alteridade podem então ser suportadas, na medida em que o sujeito pode também experimentar-se diferente dele mesmo. E o sintoma pode assim fazer laço social.

*Redatora e Relatora:
Maria do Rosário Collier do Rego Barros*

V COLÓQUIO DO CIEN "ÉTRANGE, ÉTRANGER, ÉTRANGETÉ", JUNHO 2008, SAINTES, FRANÇA UMA TERRA ESTRANGEIRA INTERNA [1]

Philippe Lacadée

Designando assim o recalcado, Freud nos indica que existe, em cada um de nós, uma terra estrangeira que dá sua substância ao inconsciente. No coração mesmo da língua do sujeito confrontado a um lapso, a um ato falho, a um impossível de dizer, a seu sintoma, a um pensamento estranho, o estrangeiro surge de modo contingente. Estranheza da coisa que mora nele, fazendo esse furo real na língua, de onde se origina o mal-entendido. Nenhuma

palavra envia a uma plenitude: o sujeito que se inscreve na língua encontra o intraduzível, terra sem fronteira do humano que se desloca de língua em língua sobre “as terras da língua” [2].

Por encontrar assim a falta, o lugar vazio que faz o sujeito, o homem só ocupa a língua como locatário [3] e não se encontra jamais verdadeiramente em casa: “Nenhum abrigo na língua, não se está jamais em casa na linguagem.” [4]. Na família, a criança encontra sempre uma língua que, por ser da terra materna — aquela que se escuta bem antes de ter um sentido —, lhe é de início, estrangeira.

“Eu é um outro” [5], escreve A. Rimbaud que, desejoso de encontrar uma língua que não ocidentalizaria sua verdadeira vida, fez ecoar seu passo sobre a terra que despreza as fronteiras, para distrair os encantamentos reunidos em seu cérebro. Ele vagou sobre a terra estrangeira. Teria ele encontrado seu lugar e sua fórmula querendo ser o filho primitivo do sol, o negro branco? Como fazer escutar, àqueles que se preocupam com o estancamento de nossas fronteiras, que o estrangeiro é interno a nossa própria vida psíquica? Se o estrangeiro designa comumente o que não é familiar, Freud revelou que ele é o mais próximo, um reflexo de si mesmo na vidraça de um trem, inesperado, não ainda uma imagem, e que expõe à contingência da inquietante estranheza.



Não é tanto da função da palavra e do campo da linguagem, do Outro sempre já aí, que emerge o humano, mas de uma matéria especial, mais informe, que Lacan chama húmus — matéria orgânica do solo das palavras escutadas. O sujeito aparece aí, onde a forma Una, a unidade da individualidade se perde na dimensão da matéria, do dejetivo de **lalangue** em decomposição, enlaçados ao gozo visceral do corpo, no que ele tem de mais podre, esta *materialidade (motérialité)* (1*) de lalangue, onde o homem se enraíza.

A família é o lugar onde a criança é de início, acolhida como um objeto estranho, parasitando o corpo de uma mulher que será sua mãe. A criança surge para o mundo do corpo de uma mulher, antes de tudo como um corpo vivo estrangeiro, aparição no real do objeto de sua existência, escreve Lacan [6]. Recém chegada, tomada pelo fato de seu corpo, nos gestos, no olhar e na voz do Outro, ela encontra a substância de sua identificação, a janela da língua que o faz nascer para as palavras (*). Ela cai aí como uma gota de óleo no “caldo da linguagem” [7] que Lacan designa também como “a falação de seus ascendentes” [8]. Achando-se tomada e parasitada pela linguagem, ela encontra, para ajudá-la em seu aprendizado (*a-parent-tissage**) da vida, em sua educação, dois seres “que se repartem em dois seres *falantes* que não falam a mesma língua.” Lacan situa os dois pais como dois estrangeiros a eles mesmos, dois que não se escutam falar. Dois que não se entendem de forma alguma.

“Dois que se conjuram para a reprodução, mas de um mal-entendido cabal que vosso corpo veiculará com a dita reprodução.” [9]

O homem nasce mal-entendido, afirma Lacan.

Estranho nascimento, este do filhote do homem, caindo assim na “selva das palavras” [10], que acolhe o que desse húmus fará ou não, em nome das primeiras excitações de seu

corpo vivo, as raízes de seu laço vital [11] com o Outro. Ponto de onde ele enlaçará a existência de seu corpo à raiz da língua do Outro. Ele constrói uma imagem de seu corpo vivo e real com as palavras do Outro, a língua do Outro.

Imagem que ela também, se ele se põe a amá-la, lhe resta estranha por ter sido recortada, sempre muito cedo pelo Outro, com um nome próprio, um nome já pronto. A escolha do nome é sempre uma idéia estranha. Uma sombra de som e de sentido plaina sobre o que nomeia a presença de uma criança em sua família. No coração dessa nomeação familiar está guardada uma inquietante estranheza, efeito do único traumatismo que vale: o de ter nascido como desejado [12], de um desejo que permanece estrangeiro, por não nomear tudo de seu ser. Ele pode dedicar sua vida a decifrá-lo, ou, como nos ensina uma jovem adolescente autista, auto nomear-se: "Eu me chamo Esther, Maria e fogo tricolor".

Tal é a estranheza do homem, que não pode dizer tudo de seu ser, e encontra a estranha contingência de sua própria existência, sob o modo de uma questão angustiante: Quem sou eu? Ninguém pode dispensar o Outro da língua, a identificação a um ponto do grupo, ou de fazer reconhecer, sobretudo em nossa época, seu estilo de vida sustentado por seu gozo.

Jacques Alain Miller chama "**lalangue** da família" [13] a versão de **lalangue** própria a

cada família, este "caldo de linguagem" no qual se banha a criança desde o seu nascimento, pelo fato do gozo que ela veicula. **Lalangue** é um neologismo inventado por Lacan [14], que reenvia ao mesmo tempo à aquisição da linguagem e à impregnação da língua, aos sons mais ou menos articulados da criança e ao físico dos corpos. Trata-se do humo da língua, onde a fala está mais do lado da instância gozante do que da lógica da gramática. Está aí a terra estrangeira real, matéria e lugar, da identidade a construir, no entanto, com a língua, que também "é um objeto construído, mais que um dado do real." [15].

Lalangue reenvia mais a um uso de gozo próprio a cada um, que a uma preocupação de relação ou de comunicação. É este uso de gozo tão particular que cada um faz de certas palavras que os isolam ou os perseguem, como demonstram as crianças psicóticas ou autistas que nós acolhemos em nossas instituições. **Lalangue** carrega o gozo que perturba o sujeito em seu corpo. É ela que o conduz sem que ele saiba, por incluir um real indizível, indeterminado.

O termo **lalangue** nos ajuda muito pois ele nos permite discernir que a família é o lugar onde a criança percebe, de modo paradoxal, o estranho desejo do Outro, mas também sua própria estranheza. O modo por vezes estranho de uma criança falar a singulariza e leva a

marca de seu encontro com o desejo do Outro. Essa contingência do encontro sustenta ocasionalmente o sintoma da criança, pelo viés dos traços que este húmus humano deixou na língua.

Escrevendo **lalangue**, Lacan separa-se da língua como característica de uma linhagem, do emblema de um território, de tal ou tal cultura. Não se trata de uma questão de palavras ditas ou não ditas, é também questão de corpo onde se calcula a língua [16]. Uma boa parte de nossas estranhas infelicidades vem de que nós somos os herdeiros de uma linhagem que nasceu tanto e mais no mal-entendido.

A família é também o lugar onde se transmite algo da **pulsão**, ali onde todo sujeito encontra, justamente no coração do que lhe é familiar, o estrangeiro.

O pequeno Hans é quem, através de Freud, ensinou a Lacan como a sexualidade infantil se apresenta na porta do familiar como um gozo estrangeiro levando a criança a uma questão: *o que é isto?* Ele tem medo, Lacan vê nisso o princípio da fobia. O sujeito tem medo de seu gozo, que ele não pode traduzir em palavras, ponto em que se origina seu medo do estrangeiro.

Que a criança consinta, ou não, sempre fica algo que a faz estranha a si própria. Esta coisa é particularmente sensível na adolescência: o sentimento que o sujeito tem disso, — não sem

angústia, — momento depressivo, de enfado ou repulsa de si —, comporta o risco de conduzi-lo a uma passagem ao ato ou de engendrar outras perturbações.

O mais determinante para a criança não é o encontro com certos ditos ou não ditos familiares, mas o uso de gozo que ela faz disso, como traços e marcas de gozo estranho.

É a equivocidade ou o mal-entendido de **lalangue** da família que torna possível, para cada um, que ele seja analisante, analista ou simplesmente uma criança, seu parentesco com o poeta. [17]

Esta equivocidade torna possível a criação de um laboratório inter-disciplinar, na cidade da língua. O traço de união é o lugar onde cada um pode fazer escutar um testemunho. O laboratório do CIEN parte do que vêm dizer parceiros de disciplinas diferentes sobre os ditos de certas crianças ou adolescentes, mas, sobretudo do uso que eles fazem disso. É o impacto da palavra sobre as crianças entre elas, e sobre os professores.

Não há outro nóculo traumático para cada um "que a aprendizagem que o sujeito sofreu de uma língua entre outras, que é para ele **lalangue**, na esperança de fisgar, ela, **lalangue**, o que equivoca com fazer-real. **Lalangue**, qual quer que ela seja, é uma obscenidade, o que Freud designa — me perdoem o equivoco *obresceno*, da outra cena." [18]

É nesse sentido que **lalangue** é obscena, *obrescena*, tanto mais que a criança nos dá a conhecer, ao título de objeto estrangeiro, *res* [19], essa **lalangue** na qual ela está imersa. O sujeito no meio da fervura da conversação, do caldo de **lalangue**, tem uma chance de fazer real, ou seja, de fisgar na língua algo que fará sua particularidade.

Como entender o que falar quer dizer? Seja no nível coletivo ou no Um por um, como fazer com que cada um consinta a se enlaçar na língua do Outro sem ter "medo das palavras." [20] Orientamo-nos pela *materialidade* de **lalangue**, acolhemos seus dejetos, esses pequenos pedaços da madeira de **lalangue**, produzidos, como traços de gozo perdido, quando eles consentem em se inscrever na língua articulada ao Outro. [21] Assim pode haver outra coisa que encadeia, quando o gozo se desencadeia na conduta. Mas cabe a nós inventar uma solução, a fim de atrapalhar esse agenciamento de uma maneira leve.

O estilo do CIEN imprime decalagem, manuseia a leveza do equivoco, pois há em nossa prática do dizer, algo que se distorce, do que nos servimos para fisgar o real em jogo. Não recuar diante da **lalangue** do adolescente, exige buscar apoio sobre a articulação do sentido e do som, nos "aparentando ao poeta" [22], a fim fazer o mal-entendido respirar, ali onde se transmite de outra forma a pulsão. O mal-

entendido poético define o que, da Terra do CIEN, aposta no rumo de uma fraternidade onde a alegria de falar se faz escutar.

No momento de uma conversação, não se trata de se deixar levar, mas de intervir para que o dizer possa desfazer o que foi feito pela palavra. Se tornar mais leve na conversação é criar "um espaço de cálculo de **lalangue**", interferir para que cada um possa se escutar fisgando esta **lalangue** em outras seqüências, mas respeitando o impossível de dizer de alguns, que arriscam passar ao ato quando confrontados com isto perto demais.

As conversações dos laboratórios do CIEN, nos estabelecimentos escolares ou outros, tornam possível um Outro que diga sim à diferença entre as falas, cuja própria estranheza testemunha o esforço de dizer a estranheza à qual elas estão confrontadas.

Tradução: Bernadete Carvalho
Revisão: Cristiana Pittella de Mattos

Notas

- [1] Freud, S, Nouvelles conférences d'introduction à la psychanalyse, Gallimard, Paris, p. 80.
- [2] Ladjali, Cécile, Mauvaise langue, p. 25.
- [3] Clair Jean, La barbarie ordinaire, Music à Dachau, Gallimard, p. 69, "on ne possède jamais une langue, on ne fait que l'emprunter."
- [4] Canut Cécile, Une langue sans qualité, Edition Lambert-Lucas, Limoges, Octobre 2007 p. 112

- [5] Rimbaud, A, Une saison en enfer, Œuvre Vie, Editions du centenaire établie par Alain Borer, Arlea, 1991, p. 435.
- [6] Lacan J, Note sur l'enfant in Autres Ecrits, p.
- [7] Lacan, J. L'insu que sait de l'une bévue s'aile amour, leçon du 19 avril 1977, Vers un signifiant nouveau, Ornicar, bulletin périodique du champ freudien, 17/18. Printemps 1979, p. 12-13.
- [8] Lacan, J. Dissolution, Leçon du 10 juin 1980, Le malentendu in Ornicar 22/23, mars 1981, p 13
- [9] Lacan, J, Le malentendu, Ornicar
- [10] Canut Cécile, p 137
- [11] Canut Cécile, "La langue est le lien qui permet la relation à l'autre dans sa différence.", p 25
- [13] Miller J, A, LE séminaire de la section clinique de Barcelone, 2 / 12/ 1996 Cause freudienne, n 38, Février, 1998, p. 12
- [14] Lacan, J Le savoir du psychanalyste, 04-11-71, Lacan précisera que c'est par là qu'il se distigue du structuralisme, le 10-03-73.
- [15] Canut Cécile, p. 15.
- [16] Giraudel, Agnès, Intervention au Colloque du Cien: Un espace de Calcul, inédit.
- [17] Lacan J, L'insu que sait de l'une bévue s'aile à mourre, leçon du 17 mai 1977, Ornicar, p. 22-23.
- [18] Lacan, J, L'insu que sait de l'une bévue s'aile amour, leçon du 19 avril 1977, Vers un signifiant nouveau, Ornicar, bulletin périodique du champ freudien, 17/18. Printemps 1979.
- [19] Res, chose, objet, être, affaire, fait, événement, circonstance, 2) le fait, l'acte, la réalité, 3) ce qu'on possède, bien, avoir, 4) intérêt, avantage, utilié5) affaire, relation d'affaire,, affaire juridique, litige6) actes, 7) cause, raison,
- [20] Ladjali, Cécile, p. 17-47.
- [21] Ladjali Cécile, Deux états de la langue: Les mots sons n'ont pas de sens..non volonté de relier les choses entre elles... p. 73.
- [22] Lacan, J, op. cit.

Notas tradução:

- (*1) Móterialité (neologismo que une mot et matérialité – palavra e materialidade; o autor enfatiza a materialidade da palavra).
- (*2) O autor utiliza-se da ressonância entre fenêre e fait-naître, (janela e faz nascer): uma abertura da língua que o faz nascer para as palavras...
- (*3) O autor faz cortes na palavra *apprentissage* (aprendizado) em que se obtém *a-parent-tissage*, o tecido da linguagem (*tissage*), tecido feito a partir do Outro parental (*parent*), com seus nós e bordados de gozo (*a*) – materialidade do gozo.
- (*4) Jogo homofônico significante entre prenome (nome próprio) e prêt-nome, para enfatizando que o nome é fabricado e dado pelo Outro.

SÉCULO XXI: NÃO- RELAÇÃO GLOBALIZADA E IGUALDADE DOS TERMOS

Eric Laurent

O século XXI se apresenta como o advento na civilização globalizada pelo fato de que não há relação entre os sexos que possa ser definida como modelo para todos. Entre os partidários da pós-parentalidade e aqueles de um retorno religioso fundamentalista, esse ponto de real se revela irredutível ao mesmo tempo na desordem familiar, na desordem amorosa e na multiplicidade dos *prêts-à-porter* fantasmáticos do gozo ordinário.

Para harmonizar essas distâncias, a solução proposta pela civilização é essa da criação de novas formas fundadas nos direitos do homem. Não haveria nada que a igualdade dos direitos

não pudesse resolver. Não haveria mais necessidade nem mesmo da relação entre os sexos, já que a igualdade definiria suficientemente a articulação entre eles. A não-relação sexual não colocaria mais nenhuma questão audível na marcha da humanidade em direção a um universal tornado ainda mais fácil pela individualização das identidades sexuais. Nós sustentamos, com Lacan, que a igualdade dos direitos entre os sexos, perfeitamente legítima, desnuda, cada vez mais, um ponto de real irredutível. Este ponto impede que o campo da relação sexual, entendido no sentido mais abrangente, incluindo o conjunto dos semblantes que o nomeiam, possa ser considerado como completo e consistente. Esse campo se desdobra, nos semblantes que o encerram, entre o campo da família, o campo dos papéis sociais (gênero) e aquele dos fantasmas standartizados, propostos como empuxos-ao-gozo do consumismo global. Estes semblantes não cessam de produzir sintomas devido à incapacidade deles em suturar um real que os exceda.

Comecemos pelas famílias. Laca anunciava desde seu importante artigo de 1938 [1] sobre os "Complexos familiares", a distância que ele

tomava de Freud quanto à função e o lugar do pai nas formas que a desordem familiar tomava no século XX. Pelo deslocamento operado pela função "universal" do pai no complexo de Édipo, Freud quis salvar o pai, enquanto que em Viena, grande megalópole do século XIX, o êxodo rural no seio do império mesclava múltiplas culturas, múltiplas tradições, múltiplos sistemas de parentesco. Confrontado com essa relatividade cultural, Freud situou, nesta dispersão, uma invariante: o pai.

O deslocamento feito por Lacan lhe faz descrever um duplo movimento.

Por um lado, assistimos ao fim do patriarcado, com seu correlato: o declínio da dimensão trágica do pai; por outro, assistimos à multiplicação das formas da família conjugal. A família não repousa mais sobre a linhagem patriarcal, mas sobre as formas do *conjugo*. Lacan anuncia para o século XX, o fim do patriarcado e o início da multiplicidade das formas de aliança.

As esperanças comunitárias dos anos 1960, e os seus fracassos, realizarão o programa do século XX e revelarão o seu limite. Alguma coisa

dos lugares do pai e da mãe é ineliminável: não como garantidor, mas como resíduo.

"A função de resíduo exercida (e, ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal na evolução das sociedades destaca a irredutibilidade de uma transmissão — que é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, mas que é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo" [2].

Trata-se de nomes.

O pai de família, sonho do neurótico, se separa da função do Nome — do - Pai que pode ser exercida por outros personagens que não o pai da família. O Nome - do - Pai articula o desejo e a lei, sua função coloca um freio no gozo. Esta função não é simplesmente da alçada do interdito. "Colocar um freio no gozo" é, também, poder abrir ao sujeito uma via que não seja aquela de um empuxo — ao - gozo mortífero, é autorizar uma relação viável com o gozo diferente do empuxo - ao - hedonismo contemporâneo, o qual revela sua face mortífera nas adições. O pai resíduo é um instrumento que permite fazer manter juntos o simbólico, o real e o pai imaginário, ao mesmo tempo em que ele continua suportando a falta de existir.

Os sociólogos sustentam a idéia de que já saímos da antiga parentalidade, aquela do império do pai da autoridade, da tradição e da lei. Temos, hoje, a parentalidade responsável e

negociada pelo contrato. A vantagem, dizem-nos, é que nestas práticas tão diversas, tem-se uma paternidade pacificada: acabaram-se os dramas dos tempos antigos, terminaram as dramatizações que os psicanalistas haviam conservado com a referência ao complexo de Édipo.



Nesse sentido, os sociólogos têm pontos comuns com o anúncio feito por Lacan quanto à saída do pai do campo trágico. Contudo, as contradições não cessam. Uma conferência organizada no dia 4 de junho pelo Comitê Nacional da Infância sob o título "A criança-rei ou a perversão dos direitos da infância", julgou que havia perigo no lar. A criança-rei teria se tornado uma criança tirana e ineducável. Os pais não saberiam mais em quê modelo educativo confiar. Ai também seria urgente liquidar a

herança de 1968 e todos os males que esse pobre mês de maio teria engendrado: os divórcios precoces, as famílias monoparentais[3], o hedonismo da televisão, a falta de tempo dos pais e também das mães. Porta-voz deste colóquio, a jurista Marie de Chambure e a pedopsiquiatra Marie Bérengère de Chouly de Lenclave, multiplicam os encorajamentos a fim de não deixar os pais se fecharem em suas culpabilidades:

educar uma criança tem um preço que certos adultos não querem ou não podem pagar. Isso demanda tempo, coragem, particularmente a de não de não se esquivar dos conflitos. Parece essencial reabilitar e ensinar novamente aos pais o valor dos limites e dos interditos [7].

Como se vê, o peso da culpa não é tão fácil de ser dissolvido nos direitos compartilhados, e os partidários do discurso do "retorno à autoridade" sentem-se desorientados.

Por distribuir a relação sexual nos semblantes da relação familiar em nome da igualdade de direitos, a restauração do ideal da autoridade parental não será nada simples.

Passemos agora aos partidários da solução da relação sexual pela igualdade da posição sexual. Ela poderia se individualizar ao ponto de rejeitar toda forma de identidade em benefício de um "gênero performativo". Haveria somente performances sexuais, fruto de arranjos subjetivos singulares [8].

O "distúrbio do gênero", próprio de nossa civilização, marca o fim da utopia heterossexual. Esta era definida por uma crença num pai que distribui os sexos e garante que *ela* era feita para *ele*, numa bijeção do princípio da ordem natural, até mesmo da ordem justa. Para os partidários desta posição, a única definição irredutível não se faz a partir de uma identidade sexual nem tampouco a partir de uma classe: gay, lésbica, travesti, transexual, sado-masoquista, etc. Somente a prática sexual permite atingir o nível da singularidade. A adoção pelas mulheres da maior parte das práticas sexuais consideradas como masculinas, constatada pelas pesquisas sociológicas, permite sustentar o efeito nivelador da liberdade sexual [9]. Entretanto, os comportamentos performativos singulares não cessam de criar perturbações nas categorias do direito. Tome-mos o exemplo de Thomas Beatie: inicialmente rainha de beleza na adolescência; depois transexual masculino, conservando ao mesmo tempo os seus ovários, vive com uma mulher hysterectomizada e, agora, grávida de 36 semanas [10]. O casal espera fervorosamente a criança, difundindo todas as fotos da gravidez. Eles desejam se casar logo que um dispositivo legal possa acolher sua união, que eles querem, sobretudo, que seja igual a qualquer outra.

A "performance" pode entrar em conflito de maneira mais radical ainda com a competência cidadã, o estatuto jurídico como tal.

Analisando as consequências do julgamento de anulação de um casamento "pelo motivo de que a esposa silenciara sobre a perda de sua virgindade", Anne Chemin observa que

o paradoxo desta decisão é que ela está fundada sobre uma noção que associamos, naturalmente, à modernidade: o livre consentimento dos esposos [11].

O debate não pode surgir senão no contexto liberal do novo dispositivo colocado em vigor em 1975. É por colocar a tônica sobre o livre consentimento que as causas de não validade do casamento estão ampliadas às "qualidades essenciais da pessoa", abrindo assim uma lista estabelecida pela jurisprudência. Foram recebidos, sem contestação, a ignorância da prostituição de uma, a impotência ou a seropositividade do outro. Essa liberdade se funda precisamente sobre o respeito da igualdade de cada um dos contratantes. É por este viés que ela chega a recriar assimetrias nas "qualidades essenciais" dos contratantes e força a pensar na relação. A variável de ajustamento da distância entre ideais e fantasmas singulares é, uma vez mais, o corpo das mulheres. A indústria da restauração cirúrgica do hímen é somente um aspecto dessa adequação do corpo às normas [12]. Tal aspecto concerne igualmente às mu-

lheres ocidentais para além das tradições multiculturais [13].

A utopia de uma solução contratual da relação sexual apoiada no o direito "natural" é qualificada por uma socióloga de visão naturalista.

A visão naturalista contemporânea da família toma duas formas principais: a natureza biológica e a natureza psicológica [14].

A visão biológica não lhe parece tão perigosa.

Que a percepção biologizante da família seja uma forma de naturalismo é uma evidência. A natureza é apreendida como um simples dado físico, que é tanto mais incontornável por impor a sua verdade como fora de toda intervenção humana. Múltiplos exemplos nos mostram, atualmente, a força da idéia segundo a qual o uso generalizado dos testes genéticos poderia estabelecer uma filiação mais unívoca, mais incondicional e mais indissolúvel que todas as instituições de direitos [15].

O problema é que os testes genéticos não sustentam somente o sonho de filiação. Eles sustentam uma concepção policial da família e dos sonhos eugenistas desencadeados pela força dos efeitos de aliança dos fantasmas de onipotência, da ciência e da massificação dos cálculos [16].

No puro estado de espírito "Silicon Valley", cada um sonha com o crescimento de poder (*empowerment*) sobre seu corpo dado por esse

novo instrumento, e desconhece os efeitos de segregação que já operam no imaginário.

Novas "raças" engendradas pelo discurso biológico estão em gestação.

É surpreendente o fato de essa socióloga, próxima da revista *Esprit*, minimizar os efeitos do discurso da ciência. Ela se preocupa, sobretudo, com a "naturalização" psicologizante. É por essa razão que, contra a corrente sociológica representada por Thierry de Singly, que declara que "a família não é mais uma instituição", ela inspirou a doutrina da missão da Assembléia nacional sobre a família, dirigida em 2006 por Valérie Pécresse.

"Doravante, qualquer que seja a situação jurídica do casal, é o nascimento de uma criança que cria socialmente a família". Não é mais a família que faz a criança. É o inverso. Essa tese significa que o que conta para a criança é o estatuto jurídico dos pais, o que ela constitui com o seu próprio nascimento.

Para continuar a sonhar que a relação familiar é natural, basta considerar que a ausência de laço familiar é uma família como qualquer outra e fazer perceber o laço "natural" sob as variações do artefato.

Entre o *Charbyde* da naturalização biológica e a *Scylla*¹⁰ da ficção jurídica dos "sociôma-

nos", o real da impossível escrita da relação sexual insiste. A civilização global entrou resolutamente no regime do "não todo". Os paradoxos da não relação abundam. Eles não serão estrangulados pelo simples emprego da igualdade dos direitos. Esta igualdade é necessária e preciosa. É uma via que foi aberta pelos iluministas. Ser-lhe-á necessário integrar as contribuições da "razão depois de Freud", ou seja, não se transformar num regime de crença que cegue o real em jogo na assimetria dos sexos. A repartição sexual que nos propõe o seminário *Mais Ainda*, que pode ser lido de várias maneiras, não é uma diferença significativa substancializada. Ela coloca em jogo o gozo para além de toda sublimação na identificação sexual. Ela nos remete ao que Lacan respondia a George Bataille no final de sua *Questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*. Bataille considerava que sua "experiência interior" lhe revelava que, no âmago do discurso da civilização, "Deus é uma puta". Essa presença de gozo foi reformulada por Lacan, que denunciava também o "retorno mascarado à sublimação que encontra abrigo na *inter urinas et faeces nascimur* (entre urinas e fezes nasci), implican-

com o segundo, ainda mais perigoso. Atualmente, a expressão "Cair de *Charbyde* em *Scylla*" significa sair de uma situação perigosa para entrar numa outra mais perigosa ainda.

do aí que essa origem sórdida não diz respeito senão ao nosso corpo. O que a análise descobre é algo totalmente diferente. Não são os seus farrapos, é o próprio ser do homem que vem tomar lugar entre os dejetos nos quais as suas primeiras excitações corporais encontraram uma continuação — na medida em que a lei da simbolização na qual deve engajar seu desejo, o toma em sua rede devido à sua posição de objeto parcial na qual ele se oferece ao chegar ao mundo, um mundo em que o desejo do Outro faz a lei".

A relação sexual globalizada do século XXI, com suas bizarrices, com seus impasses e suas contingências testemunhará sempre mais disso. Nossa investigação clínica o confirmará.

NOTAS

- [1] Jacques Lacan, "Les complexes familiaux", 1938, in *Autres Écrits*, Paris: Éd. Seuil, 2002, p. 23-84.
- [2] Jacques Lacan, "Note sur l'enfant", 1969, in *op. cit.*, p. 373.
- [3] O que, em 85% dos casos, quer dizer uma mulher com seu ou seus filhos. Cf. Chardon O., Daguet F., *les Familles monoparentales, des difficultés à travailler et à se loger*. Insee Première n°1195, juin 2008, cité par Anne Chemin dans *Le Monde* du 7 juin 2008.
- [4] Citado em Catherine Petitnicolas, *Enfant tyran: un phénomène qui préoccupe les psychiatres*, Le Figaro, 6 juin 2008.
- [5] Butler J., *Bodies that Matte: on the Discursive Limits of 'Sex'* (Routledge: 1993), a ser lançado na

¹⁰ Charbyde e Scylla são dois monstros que figuram na *Odisséia*. No livro, Ulisses deve lutar contra o primeiro, de quem ele foge, e acaba se deparando

- França em 2008. Ver também Voruz V., "Hystérie", in *Les objets a dans l'expérience analytique*, volume Scilicet, Ecole de la Cause Freudienne, 2008.
- [6] Pesquisa sobre a sexualidade na França, publicada no início deste ano pelo Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale (INSERM) e pelo Institut National d'Études Démographiques (INED), citado em Vidalie Anne, *Les nouvelles libertés des femmes*, In l'Express on line, 21/05/2008
- [7] Reportagem de Georgina Dickinson in *News of the World*, disponível on-line.
- [8] Chemin A., "Les paradoxes du jugement de Lille", *Le Monde*, 5 juin 2008.
- [9] Sciolino Elaine; Mekhennet Souad, A medical path back to virginity, In the New York Times, 11 juin 2008.
- [10] "Nos Estados Unidos algumas mulheres refizeram o sexo, como antes refizeram os seios, nota Marie Chevret, psiquiatra e sexóloga em Lyon. Na França a coisa está começando" citado in Vidalie Anne, *Les nouvelles libertés des femmes*, In l'Express on line, 21/05/2008
- [11] Théry. I, La distinction de sexe: une nouvelle approche de l'égalité, Ed Odile Jacob, 2007, p. 593.
- [12] Op. cit.
- [13] Eudes Y; "Ton génome pour 1000 dollars", *Le Monde*, samedi 7 juin 2008. "Em revanche, a outra abordagem naturalista, aquela que promete uma definição psicologizante da família, não cessa de ganhar terreno e tende, hoje, a englobar a própria abordagem biológica. É ela a verdadeira herdeira da referência tradicional ao estado natural, da qual ela recompôs o psicologismo "as-sexuando" e sensibilizando sua definição da natureza humana universal: o indivíduo é um ser naturalmente psíquico, que tem necessidade de trocas e de carinho para o seu bom desenvolvimento. A concepção individualista do eu como entidade pré-social e hipóstase da "verdadeira pessoa", que analisei longamente neste livro, está a base disso."
- "Por 1000 dólares (645 euros), 23 e eu, assim batizada em referência aos 23 cromossomos do genoma humano, extrai o DNA das células da saliva, depois retira uma parte – precisamente 580.000 "marcadores", ou variações, permitindo identificar uma série de características próprias em cada indivíduo."
- "A sociedade foi criada em 2007 por Anne Wojcicki, uma bióloga que é também a esposa de Serge Brin, co-fundador do Google. M. Brin decidiu investir 4 milhões de dólares em 23 e eu. 23 e eu informa primeiramente o cliente sobre suas pré-disposições – expressas em porcentagem – para desenvolver umas trinta doenças: câncer do seio ou da próstata, infarto, hiperatividade, tendências maniaco-depressivas, obesidade, diabetes, esclerose em placas... Indicamos suas chances de se tornar dependente do álcool se ele o consumir regularmente, ou de resistir à AIDS, se ele for exposto ao vírus. Ele saberá também se ele elimina a cafeína rapidamente, se suas orelhas produzem um cerume seco ou molhado, se os genes o predisuseram a ter um QI superior à média... Uma nota de 1 A 4 é atribuída para cada resultado, segundo o grau de confiabilidade das pesquisas em curso. Assim, a predisposição para artrite ganha 4 pontos, pois a pesquisa neste setor está bem avançada e constitui-se o objeto de um consenso entre os geneticistas. Em revanche, a medida de aptidão psicológica para não repetir os mesmos erros só recebeu um ponto, pois a pesquisa, conduzida na Alemanha, só está em seu começo."
- "Segundo ele, ninguém deveria ter medo de divulgar estas informações: "No Google, faço passar frequentemente as entrevistas de recrutamento, e a perspectiva de uma seleção genética dos candidatos me interessa. Por exemplo, gostaria muito de saber imediatamente quem é, preferencialmente, o líder, e quem é o seguinte... Já para os cargos importantes, a empresa aplica os testes de QI nos candidatos, elas pesquisam o passado deles, suas saúdes, seus comportamentos na Internet. A seleção genética será uma maneira mais eficaz de fazer o que nós já fazemos. E quando minha filha estiver na idade de se casar, será preciso que meu genro seja geneticamente perfeito."
- [14] Relatório da missão da Assembléia nacional da família, citado in Chemin. A, En France on ne se marie plus mais on fait des enfants, in *Le Monde*, 17-18 octobre 2006.
- [15] Miller, J-A, *Un répartitoire sexuel I et II*, In la Cause Freudienne, n°40, septembre 1998, p. 7-27.
- [16] Lacan J, *Ecrits*, Seuil, 1966, p. 582

Tradução: Cristiana Pittella de Mattos
Revisão: Yolanda Vilela

FREI CLÁUDIO VAN BALEN - TEÓLOGO



CIEN-Digital: Qual a importância da família hoje?

Frei Cláudio: A importância da família parece ser maior do que em tempos idos. Ali, se acentuavam o aconchego da *segurança*, a valorização da *auto-estima*, as raízes da *identidade* e os valores da *socialização*. A sociedade era mais uniforme, estável, verticalista e paternalista. Hoje, em mundo instável, socializado e com rápidas e radicais mudanças, em um contexto de famílias inseguras,

mal estruturadas, inconstantes e pluriformes, tais aspectos, mais do que antes, se impõem com grande urgência. Acrescentam-se, atualmente, outros aspectos a essa missão, como: acentuação da *solidariedade* (em oposição ao individualismo no bem-estar), *conscientização* (frente à alienação consumista), *senso crítico* (em uma globalização mercadológica), *formação ética* (em meio ao desleixo frente à natureza e à responsabilidade política), para não falar de *espiritualização* (em um contexto coisificado e coisificante). Os educadores hão de preparar a nova geração para o *sentido de viver* em vista de nosso destino terrestre comum que exige uma nova política de civilização (sem dominação e exploração nas relações).

CIEN-Digital: Diz-se que passamos de uma justificação religiosa da família à sua

completa jurisdição. O que o senhor pensa desta mudança?

Frei Cláudio: Para a maioria das pessoas, a *justificativa* para a família já não se encontra na *religião*. Vivemos em um contexto *laicizado*, secularizado, em que a religião já não se infiltra pelos meandros da convivência, mas por uma *opção pessoal*. Na sociedade, isto significa que a família há de ficar debaixo do comando e da orientação da lei — do *jurídico*. Como em qualquer outra problemática, é a lei que nos liberta, nos faz viver com segurança em uma pertença social. De fato, isto é essencial para a boa ordenação das relações e do comportamento humano na sociedade. A religião já não tem poder de ordenar diretamente a convivência. Cabe a ela educar-nos na sensibilidade ética e lembrar-nos de valores morais a fim de que as leis se façam justas no sentido de favorecer o bem comum e para que

os cidadãos se mostrem responsávelmente fraternos.

CIEN-Digital: No Sistema Universal de Saúde, que é o sistema público de saúde brasileiro, as famílias são inscritas pelo nome da mãe. O pai da prole, presente ou (majoritariamente) ausente, se inscreverá como "dependente" da mãe, tal como seus filhos. O Senhor crê que sejam sinais de que a modernidade tocou em algo muito real, na questão da família?

Frei Cláudio: Quanto à prioridade da *mãe* frente ao poder em seus cuidados pela família, devo concordar — devido ao contexto social entre nós, em que a mãe, de fato, na maioria dos casos, assume melhor a responsabilidade. Temos de remar com os remos à nossa disposição. Trata-se de um problema delicado. As exceções não são poucas. A lei tem de ter certa maleabilidade para que o peso legal não venha a prejudicar a vida nem a marginalizar as pessoas. Outro problema é o cuidado pelos filhos, igualmente partilhado por ambos

os pais quando separados. Em princípio, é correto. No concreto, há de ser analisado cada caso, visando o objetivo da lei.

CIEN-Digital: A rede de proteção social se ocupa em "amparar" a família, sobretudo a família pobre e numerosa. No entanto, as evidências são de que recursos desenvolvidos para tal finalidade, paradoxalmente, deixam estas famílias em zonas de não-cidadania, de não-direito, de não-escolarização, enfim, de não-assistência. O senhor poderia nos dizer algo sobre este paradoxo?

Frei Cláudio: Família bem cuidada — quanto à legislação — e, ao mesmo tempo, marginalizada. Estaria errada a lei ou a família é o grande problema? Sou da opinião de que toda lei se dirige a pessoas e, como tal, deve cuidar, previamente, das pessoas a fim de que entendam a lei, de que possam assumi-la para seu bem e, portanto, dignificam sua vida graças à lei. Falhas sempre haverá. Porém, quando as proporções se mostram irrazoáveis — como, não raro, mostra

ser o caso entre nós — é urgente detectar o erro ou a vida fragilizada pelo modo de aplicar a lei. Esta pode ser deficiente, mal feita, ou o contexto não se mostra maduro para colocá-la em prática. Uma razão a mais a priorizar a educação. De um povo culturalmente abandonado, não se pode esperar um comportamento ético adequado. Conclusão, a corrupção verificada, p. ex. no Programa Bolsa Escola, não é tanto das famílias, porém muito mais do governo. O que nunca pode haver é paternalismo politicamente interesseiro. Tampouco, pode-se facilitar a irresponsabilidade dos cidadãos — das famílias, aproveitando de benesses para omitir-se no essencial visado pela lei. Em caso de graves desvios, impõe-se o debate público. A lei merece. É nossa riqueza maior enquanto promove o bem comum de forma geral e estável. Lei justa é a mais elevada expressão do amor fraterno.

LABORATÓRIO INTER- LABORATÓRIO SEM FAMÍLIA

Michèle Rivoire¹¹

"Como trabalhar sem esperança mas sem desesperar?" Tal é a grande questão que nos colocamos em Lyon, durante várias conversações do "Laboratório Inter-laboratório", onde nós encontramos educadores trabalhando em um centro de albergamento no qual estão confiados menores de idade e jovens adultos isolados, quer dizer, cassados de seus países por uma precariedade radical resultante da guerra, da pobreza, da destruição de seus laços familiares e lançados em solo francês pelos "atravessadores" que, em balsas, atravessam a fronteira clandestinamente.

¹¹ Michèle Rivoire é participante do "Laboratório Inter-laboratório" em Lyon e é editora do TDC (Terre du CIEN), Jornal do Centro Interdisciplinar sobre a Criança – Instituto do Campo Freudiano.

"Como cuidar deles, durante a longa espera que precede a regularização de seu estatuto ou sua expulsão, enquanto eles mesmos indicam estarem em um estado de urgência e de uma necessidade de sobrevivência?", demandava Marie-Cécile Marty, psicóloga neste centro.

Existe, no olhar do tratamento trazido por nossas instituições a este problema, um abismo entre a saída reservada à criança isolada que está abrigada, escolarizada, protegida, e aquele jovem adulto que, nos seus 18 anos, torna-se um "intruso" submetido aos longos procedimentos burocráticos para obter seus papéis de identidade. Ele deve, em particular, passar pela prova de "um relato de vida", destinado a provar que ele não é um fraudador.

Se numa cura psicanalítica, por exemplo, o relato pode permitir apreender lá de onde ele vem, aqui, sua construção vem redobrar os traumatismos vividos. Às vezes então é o "relato" substituído ao "relato" que vem velar o indizível.

Há uma lógica do intruso: o corte que ele instaura no tecido social coloca em ressonância a estranheza que ele traz aí, e aquela que ele encontra, escondida em cada um. Assim o estrangeiro faz intrusão na moral de seus anfi-

triões e de seus sonos, expondo-os a essa estranheza, neles mesmos, que os faz ignorar a crueza em que se enraíza a ética do Bem. Sem família, ele coloca em questão a parentalidade moderna e seu culto tão divulgado da criança, que a reduz a um objeto de consumo ou de rebotalho. Sem documentos, ele interroga a referência segregativa à origem, como garantia de identidade. Sem fronteiras, ele coloca em ruína as causas supostamente justas e injustas, das quais lhe solicitam dar provas, no relato onde ele deveria justificar seu exílio. Estes jovens sem família estão numa precariedade simbólica total e a "inserção" deles no tecido social é mais que precária. Eles são como este coração enxertado do qual Jean-Luc Nancy diz que, em seu peito, ele é a alteridade mesma (1). Com momentos pungentes, a conversação com os trabalhadores sociais é mantida no ápice, em equilíbrio entre esperança e desespero. Mas não se pode deslocar o olhar colocado sobre a crueza das práticas sociais e administrativas, para perceber o que estes jovens nos ensinam, seja, que a impotência se nutre da crença odiosa de um outro burocrático, que é o avesso do Outro ávido do ideal que reside em cada um de nós. Entendemos bem que o abandonar dos

atravessadores que cruzam as fronteiras não é para se comparar com o momento em que o educador recusa um destes jovens. "Será que você se lembrará de mim?" pergunta Noémie para sua educadora. Sim, Anaís se lembrará de Noémie, que quase tudo se esqueceu dos quatro dias de terror que bascularam sua vida. O "sim" de Anaís faz parte da solução que Noémie tenta inventar, adotando, por um tempo, aqueles que a acolhem.

"A ausência de laços familiares é uma família como uma outra", escreve Eric Laurent em *A*

criança ao avesso da família; esses modernos sem-família são figuras extremas da criança contemporânea. Como tais, eles revelam o que é de estrutura para todos: "é o sujeito que tem a tarefa de constituir sua família" (3). Jean-Luc Nancy exprime, em um *post-scriptum*, a alegria singular que lhe proporciona, dez anos depois de sua inserção, o pensamento de sua "mera contingência": "uma nova estranheza apossou-se de mim (...) compreendo que eu não tenho mais um intruso em mim: eu virei ele, é como intruso que freqüento um mundo onde minha

presença poderia bem ser artificial ou bem pouco legítima (4). O estrangeiro é literalmente o coração de sua experiência de "inserido", ela é hoje novidade à maneira do novo amor que Rimbaud pedia em seus votos(5). Como, para além da impotência ou do desespero, situar-se em uma relação mais justa ao estrangeiro, logo que se acolhe em instituições crianças e adolescentes que, de uma maneira ou de outra, estão em situações de desenlaçamento social? Nossas conversações do CIEN têm nos ensinado que a hospitalidade dada a uma ficção, ao silêncio, a um apelo, ao reconhecimento, permite, às vezes, para alguns sujeitos isolados, encontrar de novo para tratar a não-hospitalidade de um mundo que eles freqüentam como intrusos, às vezes com a paixão ou a necessidade de se excluir.

NOTAS

- (1) Jean-Luc Nancy, *L'intrus*, Paris, Galilée, 2000.
- (2) Éric Laurent, *L'enfant à l'envers des familles, La Cause freudienne*, n° 65, p. 50. QUE POSSA
- (3) *Ibid.*, p. 51.
- (4) *Ibid.*, p. 47.
- (5) Arthur Rimbaud, "À une raison", *Les Illuminations*.

Tradução: Cristiana Pittella de Mattos
Revisão: Ethel França



MEDIDAS DE LIBERDADE E RESPONSABILIDADE

A GUARDA COMPARTILHADA, UMA APOSTA DIANTE DAS NO- VAS FAMÍLIAS

Mônica Campos Silva

É diante dos novos arranjos familiares que a guarda compartilhada aparece. O fim da conjugalidade, até recentemente, em muitos casos, denotava o fim da família, principalmente, com o estabelecimento da guarda unilateral que ao deslocar o exercício da autoridade parental para apenas um dos genitores não privilegiava a conservação dos laços afetivos entre os pais e seus filhos. Ao desfazer a convivência impunha-se uma assimetria nos papéis parentais.

No último dia 20 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que prevê guarda compartilhada a filhos de pais separados, isto é, ambos os genitores são ou continuarão responsáveis pelos filhos e pelas decisões envolvendo: a vida material, educacional, social e o bem-estar destes.

A elaboração deste projeto vem responder ao anseio de um número cada vez maior de pais que se vêem excluídos da convivência com os filhos, sem que se estabeleça uma motivação que justifique tal ocorrência, ou seja, não há situação de risco para a criança. A dificuldade de separar o resto conjugal, suas desilusões e sentimentos de abandono e desamparo, por vezes faz incidir sobre a criança toda a sorte de exigências, diante das quais ela não encontra saída.

Esta lei, ao intervir nos moldes tradicionais de julgamento do melhor e único guardião — um deles estabelece o culpado pelo fim do casamento sem direito à guarda — vem propiciar o melhor interesse da criança e do adolescente. Pode-se apreender que, em seu princípio está a preservação da responsabilidade e da função parental, desconstruindo o critério de quem cuida melhor. Outro ponto importante é que, esta nova modalidade de guarda pode operar um deslocamento, protegendo os filhos de ocupar o lugar de fiel da balança entre os pais: de um lado quem cuida e do outro quem provê.

Para Lacan, as funções parentais são constitutivas e nunca anônimas. É constitutivo que os cuidados maternos tragam a marca de um interesse particularizado, bem como, que o pai possa na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da lei ao desejo, se ocupar dos

frutos de sua relação com a causa de seu desejo.



A aposta é de que, no Tribunal de Família, os efeitos da aplicação deste novo instrumento jurídico venham possibilitar menos prejuízos psíquicos, retirando os filhos da cena litigante, de questões referentes ao casal, permitindo a continuidade da relação dos filhos com ambos os pais, mantendo a família parental.

No trabalho junto às Varas de Família, em disputas que envolvem as crianças, a guarda compartilhada não será a solução para todos os

casos. As dificuldades continuarão a existir, entretanto, com outros encaminhamentos, possibilitando uma implicação e um posicionamento diferente com a própria demanda.

A CRIANÇA E AS FICÇÕES JURÍDICAS

EM BUSCA DA FAMÍLIA

Trabalho coletivo realizado pelos integrantes do Laboratório A criança e as ficções jurídicas: Cláudia Margarido Pacheco, Cláudia Prioste, Isabel A. Martins Ferreira, Felipe Ortoloni, Milena V. Crastelo, Raquel Marinho, Siglia C. de Sá Leão (responsável pelo Laboratório), Simone Trevisan, Verônica Alves e Heloisa Prado Rodrigues da Silva Telles.

Situações atendidas no âmbito das Varas da Infância e da Juventude impõem-se como verdadeiros desafios em decorrência, sobretudo, da variedade de configurações e arranjos da família na atualidade. No Estatuto da Criança e do Adolescente, verificamos que os direitos estão assentados na convivência familiar — família natural, nuclear ou estendida, ou ainda família guardiã ou adotiva — não se vislumbrando, tal como ali proposto, alternativas de um futuro aceitável para crianças e adolescen-

tes fora de um núcleo familiar. Entretanto, a convivência familiar, como norma universal, nem sempre é um direito possível de ser garantido: efetivamente, muitas crianças e jovens "sem família" evidenciam certo fracasso do paradigma da convivência familiar contido na lei.

No discurso jurídico, a família é um conceito fundamental, um elemento central que adquiriu, por exemplo, a função e o dever de ser a célula *mater* da sociedade: seu núcleo inicial, básico e regular. No Código Civil de 1916, a família era definida exclusivamente pelo casamento civil e as relações de fato surgidas fora do casamento, sob o status de concubinato, não possuíam qualquer reconhecimento legal. Os filhos havidos fora do casamento eram considerados ilegítimos, não reconhecidos legalmente mesmo que os pais assim o quisessem. O conceito de família tinha uma abrangência e definição bastante limitadas aos cônjuges e à sua prole.

Após a Constituição de 1988, o conceito de família ganha uma nova roupagem, passando a figurar como a união pelo afeto. Em legislação mais recente — no artigo 5º, da lei n. 11.304, de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que trata da violência doméstica e familiar contra as mulheres — a família é compreendida como a "comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram apa-

rentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa".

Na atualidade, tal como podemos observar por meio de vários discursos e campos de saber, a idéia de que a família não é uma unidade natural, de que os laços meramente biológicos e consangüíneos não garantem seu estabelecimento, encontra-se bastante consolidada. Entretanto, as novas configurações familiares — uniões homossexuais, as famílias reconstituídas, monoparentais, as derivadas dos avanços da genética — reacendem o debate acerca da definição de família, incluindo-se aí, em seu limite, a não organização familiar.

As contribuições da psicanálise, assinaladas por Berenguer, apontam que a crise da família advém de sua estrutura. A família é uma resposta sintomática a uma impossibilidade de estrutura na medida em que funciona como um modo de suplência frente à inexistência da relação sexual:

"Se a família está construída em torno deste buraco central, não há que ser estranho que crises existam sempre, ainda que, como é lógico, adotem formas concretas muito distintas em função de diversos condicionantes" [1].

Nesta perspectiva, Berenguer define a família como sintoma, indicando a estreita articulação entre os sintomas individuais e os sintomas da família no social, e nos propõe:

A diferença entre o que ocorre hoje e o que ocorria anteriormente é a perspectiva de um desatamento, uma vez que nenhum marco discursivo pré-estabelecido proporciona ao sujeito um apoio para a distribuição de lugares e funções. Sem dúvida, o social produz novos discursos que supõem algum modo de orientação, mesmo que frouxo; mas, a reconstituição do nó corresponde, em grande medida, ao trabalho do sujeito com os dispositivos que dispõe principalmente os que correspondem à sua própria elaboração sintomática. [2]



Questões que perpassam o tema da família são frequentemente discutidas no laboratório "A criança e as ficções jurídicas" que tem, dentre seus participantes, psicólogos com atuação

em Varas da Infância e Juventude. Uma vinheta prática apresentada a este laboratório do CIEN foi objeto de recente conversação, da qual pudemos extrair os efeitos da escuta particular em uma instituição marcadamente atravessada pelo universal do Direito.

Uma menina de cinco anos é entregue à Vara da Infância e da Juventude por uma senhora que se apresenta como sendo sua avó paterna. Esta senhora diz que a mãe abandonou a menina em sua casa há dois meses. Uma carta deixada pela mãe faz crer que ela não voltará mais. A criança "sem família" é levada para uma instituição de abrigo, sem ser ouvida. Com o posterior comparecimento espontâneo da mãe surge a demanda de avaliação de sua capacidade para ter a filha novamente sob sua guarda. A criança, que apresenta agitação e agressividade excessivas, conta de suas seis cuidadoras (a avó e cinco "tomadeiras de conta"¹²) que se sucederam em tão curto período de vida e acrescenta: quase todas elas lhe infligiram maus tratos. Com o aval da psicóloga, a mãe, muito apoiada por seu namorado, tem

¹² Termo de uso popular para indicar mulheres contratadas para, em sua própria residência, assumir os cuidados e a criação dos filhos de outrem. A frequência das visitas dos familiares das crianças é variável. No caso em discussão, a mãe realizou visitas esporádicas, exclusivamente com o objetivo de efetuar o pagamento do serviço.

atendida sua reivindicação e reassume a guarda da filha. Inicia-se, então, o período de acompanhamento do caso, que perdura por um ano e meio, num total de sete encontros.

Para além da mera comprovação dos maus tratos e da rejeição materna questões caras ao ECA e à Psicologia o que é escutado é a aflição desta jovem mãe de perder sua filha em Juízo, em decorrência de seu não-saber sobre a maternidade. Perder sua filha atualiza, de maneira dramática, o fantasma de rejeição vivido por ela própria, pois fora adotada com um mês de vida, submetida por seu pai adotivo a maus-tratos e levada, por sua mãe, a ser cuidada por diferentes pessoas, dado o seu difícil comportamento. Se em outras circunstâncias, esta mãe pôde facilmente renunciar a esta criança, o processo em Juízo, ao nomear e — para ela — acusar o abandono da criança e do lugar de mãe, confronta-a com o objeto que ela própria fora, em sua história, possibilitando que deixe sua posição de ignorância e responda por suas escolhas. Veremos que ao lado do juiz — que encarna a ficção jurídica da "perda do poder familiar" — e da psicóloga — que lhe oferta um lugar possível de escuta —, seu namorado atual tem posição decisiva ao fazer dela uma mulher causa, que pode também assumir-se mãe, apoiando-a na defesa de seu lugar (é ele quem lhe contrata um advogado de defesa).

A gravidez havia acontecido quando ela estava com dezoito anos de idade, nos moldes das relações efêmeras, uma vez que esta jovem engravida de um namorado eventual. Mediante a recusa deste em assumir os cuidados com a criança, ela também não o faz, e abandona a filha junto à sua própria mãe adotiva, avó da menina. Esta solução perdura por certo tempo, pois o falecimento de sua mãe a coloca novamente em confronto com a exigência dos cuidados com a criança, situação que toma para ela a dimensão de um impossível de suportar. Limita-se, assim, a contratar babás, fazendo-se ignorante dos maus tratos que estas infligiam à sua filha.

Quando o processo tem início na Vara da Infância e Juventude, encontrava-se grávida do seu namorado atual que, ao assumi-la, fora expulso da casa de seus pais, precipitando-se, assim, a convivência conjugal. Ambos enfrentam dificuldades para fixar moradia e isto traz conseqüências para o processo em curso, pois a previsão legal, expressa no ECA, determina a competência jurisdicional de acordo com o local de moradia dos pais ou responsáveis – se respeitadas as normas legais, o processo e o acompanhamento do caso ficariam submetidos à mesma errância do casal. Ao obter junto ao juiz uma exceção a este caso, a psicóloga impede a remessa do processo para outro fórum e possibilita que a história da criança e de sua

família encontre um *ponto de onde* possa ser construída. Isto opera, de certa forma, como um ponto de basta à repetida série errante: da mãe que desde criança não encontrou por muito tempo uma casa que a abrigasse; da filha que é levada por sua mãe a viver com diferentes pessoas, em diversos endereços.

No transcorrer do acompanhamento do caso, é o namorado da mãe quem se implica nas discussões e encaminhamentos, fazendo o papel de intermediador entre a mãe e o Judiciário, bem como entre a mãe e a filha. Ao mesmo tempo, observamos seu movimento de assunção das funções paternas, terminando por fim por “adotar” a menina. Esta, por sua vez, cativa os avós postiços e favorece a reinserção de seu novo pai em sua família de origem, agora na posição por ele próprio enunciada de “pai de família”, o que lhes permite finalmente fixar moradia. Os maus tratos, estimulados pela rebeldia acentuada da criança, perdem força quando os pais assumem o encargo de educá-la, fato que corresponde às particularidades de sua nova família.

Esta criança, agora mais tranqüila, traz a vergonha e o desejo de chamar de “pai” o novo companheiro da mãe, convocando a psicóloga a ajudá-la nesta tarefa. Juntas, decidem escrever uma carta com esta finalidade.

Com este caso, evidenciamos que não há atribuição automática da função do pai, e que para tanto

“é preciso um ato de vontade, um consentimento do sujeito, para que esta função se sustente e se transmita como tal”. [3]

Mas, ele ainda nos permite uma reflexão sobre o papel que, na atualidade, desempenha a criança na constituição das famílias, seja qual for as suas configurações, em decorrência mesmo das transformações observadas nos casamentos ou pactos de união estabelecidos entre os diversos tipos de casais, tal como nos indica Laurent. Para este autor, “a juridicidade do espaço familiar, tão necessária para regulamentar o casamento e os laços familiares, hoje caiu em desuso” [4], pois temos um aumento significativo do número de crianças que nascem de casais que vivem sem nenhuma inscrição legal, ou casamentos tardios ou não convencionais que exigem, por exemplo, a invenção de leis mais amenas de laço social, pactos que são estabelecidos de modo a preservar, por exemplo, certa liberdade em relação aos bens e patrimônios.

No entanto, todas estas novas ficções jurídicas

“não impedem um encontro com um real que vem pelas mãos das crianças, [...] que reclamam que os deveres da família sejam sustentados. Se antes era a família que transmitia o nome e o sobrenome por direi-

to às crianças, hoje, com as leis recentemente estabelecidas, é a criança que faz a família, seja qual for o laço social – biológico ou não – que determina o tipo de associação familiar” [5].

Servindo-nos deste novo paradigma proposto por Laurent, “é a criança que faz a família”, podemos concluir que, no caso relatado, temos de início uma situação orientada pelas exigências legais de proteção e cuidados com a criança e pela convocação daqueles que, perante a lei, deveriam, em primeira instância, assegurar-lhe o direito à convivência familiar. No entanto, no transcorrer do processo, são outros elementos que determinarão o desfecho tal como se dá. Se “a criança faz a família”, neste caso uma nova configuração familiar pôde se constituir não em decorrência de uma exigência legal, mas pelo inédito que a possibilidade de um novo tipo de laço familiar remetia ao particular da história de cada um dos envolvidos que, cada qual à sua maneira, pareciam estar “em busca da família”.

Notas:

- [1] Berenguer, E. “El lugar de la familia en la actualidad: desanudamientos y reanudamientos”. In: *Virtualia - Revista digital de la Escuela de la Orientación Lacaniana (EOL)*, año V, número 15, julio/agosto 2006. Disponível em: www.eol.org.ar/virtualia/015. Versão em arquivo PDF.
- [2] Op. cit.

- [3] Bassols, M. “Familia e Nome-do-Pai”. In: Associação Mundial de Psicanálise. *Silicet dos Nomes do Pai*, 2006, p. 54.
- [4] Laurent É. “Conferencias de Éric Laurent”. In: *Patologias de la identificación en los lazos familiares y sociales. XV Jornadas Anuales de la Escuela de la Orientación Lacaniana*. Buenos Aires: EOL, Grama Ediciones, 2007, p. 49.
- [5] Op. cit.

A-PALAVRAR

“QUERO UM RX DE CORPO INTEIRO”

Licinia Paccini

“Quero um RX de corpo inteiro” demandamos, com frequência, no ambulatório de atendimento primário da Prefeitura de Belo Horizonte. De que se trata nestes pedidos? Trabalho como médica generalista em uma unidade básica de saúde de Belo Horizonte no Programa Saúde da Família – PSF – implantado em 2002, para acolher as pessoas que vivem em situação de exclusão social, ou seja, aqueles que moram em vilas, aglomerados e periferia da grande Belo Horizonte. Este programa faz parte de um projeto ampliado da Prefeitura de Belo Horizonte chamado “CIDADANIA”, para diminuir as diferenças sociais entre as pessoas que vivem nas grandes cidades. O médico que tra-

balha no PSF ganha o nome de generalista e seria um “gestor da saúde” da população mais vulnerável: é ele quem implanta e acompanha os programas de prevenção das doenças, atende ao seguimento da população já doente evitando os agravos das patologias e é o primeiro interlocutor dos agravos agudos. Este médico, por conhecer as pessoas da área local, tem condições de orientar condutas de propedêutica e tratamento. Nos casos em que a condição do adoecimento se apresenta mais complexa, fazemos o referenciamento para os colegas de maior experiência, primeiramente presentes na área básica (clínica médica, pediatria e ginecologia) e caso necessário, o direcionamento para a atenção secundária junto aos especialistas.

Mas o que ocorreu com a implantação do PSF em Belo Horizonte, a nosso ver, foi a descoberta da unidade básica de saúde como um local de fácil acesso para outros serviços oferecidos pelo nosso SUS/Sistema Único de Saúde sem que houvesse, no entanto, um resgate pela população do seu papel no cuidado com a saúde. Entretanto, esta é uma reflexão a ser feita porque contraria a lógica inicial do Programa em vários aspectos que, infelizmente, ultrapassam os limites deste escrito. Apenas mencionaremos que o Programa Saúde da Família – do qual faz parte o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – tem como

"eixo estruturante" a idéia de "comunidade", que, na nomenclatura do Programa traduz-se por "território". Supostamente a demarcação dos territórios demarcaria, de igual forma, as demandas populacionais por atendimento e pela solução de seus problemas relacionados à saúde. Ocorrem duas situações imediatamente visíveis: a "mundialização" em que se vive atualmente — da qual supomos o retorno ao "comunitário" como efeito invertido — amplia o nível de aspiração das classes sociais, paradoxalmente desalojadas do sistema pelo próprio movimento da globalização. No quesito saúde, este fato reforça a idéia do saber tecnológico dos procedimentos médicos, afastando a comunidade, em efeito bumerangue, dos próprios saberes acumulados pela tradição. Não bastasse este efeito, a noção de enfermidade ampliou-se aos sintomas sociais que se tornaram preocupações da Saúde Pública, tais como a violência e sexualidade. Cito estes dois sintomas sociais porque nestes termos se entrelaçam os elementos que configuram o que é próprio da condição humana. Por este viés, entrevêm-se os impasses que surgem no coração mesmo dos diversos organismos institucionais presentes e solidários entre si junto à comunidade. O novo paradigma "saúde para todos" no qual inclui a erradicação de mal-estar da/na comunidade, portanto, da/na família, estimula no imaginário social as certezas propagadas pelo discurso

científico: o fracasso dessas certezas tem impacto na relação médico-paciente, mas também professor-aluno, escola-família.

O laboratório a-PALAVRAR do qual participo na condição de médica responsável pela saúde dos alunos da Escola em que se faz a Conversação com os professores ocupa-se na reflexão destes impasses e contradições.

Retomando a demanda "*quero um RX de corpo inteiro*" diria que ilustra bem a relação paradoxal que se desenvolveu — evidente que se trata de uma formulação que necessariamente não integra todas as realidades — entre o médico de família, isto é, o generalista que trabalha no PSF — e as famílias do território de sua competência como autoridade sanitária. As relações tensas, provocadas pela grande insatisfação ante a "baixa qualidade" (devido à expectativa de garantia da "Grande Saúde") entre a equipe de saúde e "pacientes" de Centros de Saúde, resultam em um "acordo implícito" em que o médico se resguarda da "reação" do paciente (que poderá processá-lo a qualquer momento) pedindo tratamentos, exames de alta tecnologia e outros procedimentos, enquanto o doente — ou suposto/provável doente — endereça-lhe, de imediato, o pedido de um RX de corpo inteiro. Com este pedido, o usuário/paciente — é o que nos parece — na realidade faz uma transferência para o sistema do desejo de reaver um bem que ele pensa não lhe

pertencer mais. Este pedido garantiria ao solicitante, caso o profissional que esteja a sua frente não saiba onde procurar a razão do seu infortúnio, uma certeza extensiva a todo o corpo quanto à descoberta de alguma patologia.

O trabalho interdisciplinar (medicina, assistência social, saúde mental, odontologia) está sendo construído e os equipamentos de ajuda social (conselho tutelar, bolsa família, escola inclusiva, medidas sócio-educativas) também estão sendo usados no momento, para acrescentar as ações na área da saúde propriamente dita. O resultado desta ação conjunta está sendo testado no dia a dia do trabalho das equipes de saúde da família e poderá resultar em alguma ação — a ser inventada — que leve em conta a Saúde como o alvo da assistência sanitária, inclusive diante de fenômenos de sintomas abrangentes à esfera social. Que se leve em conta, no entanto, as reais possibilidades, para o ser humano, de viver em uma realidade em que sua precariedade e mortalidade já fossem obstáculos estruturais ao tão almejado e inalcançável bem-estar pleno. Enfim, que o trabalho interdisciplinar consiga inverter, em certa medida, a trajetória da crença de que se é possível entrar plenamente no ciclo de bem estar físico, mental e social.

BRINCANTE

É POSSÍVEL UM SABER-FAZER “BRINCANTE” COM AS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS NO HOSPITAL?

*Ruth Helena Pinto Cohen e
Márcia Regina Lima Costa*

O presente desafio se dá no curso do laboratório Brincante, voltado para a interlocução da Psicanálise com a Medicina e a Educação Física. Esta rede se oferece pelo viés do lúdico, linguagem principal da criança, onde a enunciação se faz presente no ato de brincar e traz a dimensão de “sujeitos-brincantes” aos pacientes do hospital de Puericultura Martargão Gesteira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A conversação sobre o brincar tem trazido a dimensão do saber-fazer com o infantil, campo da fantasia que protege, dá prazer e viabiliza algumas saídas para a dor psíquica de crianças submetidas à rotina hospitalar. Nosso trabalho interdisciplinar se apóia em duas seções do Instituto: a sala de quimioterapia e a sala de espera dos ambulatórios, nas quais criamos quatro oficinas temáticas, que vêm sendo desenvolvidas desde agosto/2006, atendendo aproximadamente sessenta crianças, de um a treze anos de idade. São elas: Movimento,

Dramatização, Jogos e Artes Plásticas. Nesses espaços — nos quais a criança cria seu teatro particular: ela entra e sai sem que nenhuma direttriz lhe seja dada, à exceção de não poder se machucar e ao outrem — são oferecidos materiais não estruturados, com os quais representa plástica e graficamente suas estórias. Fazem parte desse dispositivo, também, os oficinas de brincantes. Essa experiência vem nos ensinando o que o brincar traz em seu bojo: um tratamento possível, dado ao mal-estar inerente ao ambiente hospitalar, em específico a angústia expectante.

Na sala de quimioterapia, por sua especificidade, são disponibilizadas as bandejas brincantes, pois as crianças encontram-se impossibilitadas de locomoção e podem permanecer de duas a quatro horas, presas em uma cadeira, recebendo o tratamento medicamentoso. Junto a elas, os oficinas têm a função de facilitadores do brincar, registrando o conteúdo das produções das crianças, para discussão, sob a forma de conversação da qual faz parte apenas um psicanalista. Durante o período de envolvimento das crianças nas atividades é possível observar a angústia dos pais e mães que acompanham seus filhos, seja sob a forma de intervenção direta nas atividades da criança, seja por ordens impeditivas, chegando, muitas vezes, à proibição da participação em algumas situações nas oficinas.



Alguns participantes do laboratório vêm se perguntando sobre o papel da família e as dificuldades dos pais para exercer suas funções ao se confrontarem com o adoecimento dos filhos, por câncer ou nos momentos em que esperam por diagnósticos, prognósticos e avaliações médicas. O que é estar submetido a esse Outro da ciência que se encarna de forma avassaladora?

Na contingência dos encontros nas oficinas não nos furtamos em escutar os pais e responsáveis, com suas falas, ações singulares e colocações a partir da existência e da utilização que seu filho faz daquele espaço. Eles acabam fazendo laços com as famílias dos outros pacientes e, em algumas situações, verificamos a irrupção de alguns atos segregativos, não apenas aqueles impostos pela própria doença mas também os que dizem respeito aos cuidados com as "contaminações" sejam elas reais ou imaginárias. Como consequência, as diferentes nomeações aparecem, e como brasões, marcam para além do corpo físico, o tecido infantil. Dizem alguns: "São crianças colonizadas, podem pegar doenças facilmente", ou "somos da hemato brincamos juntos, os outros são perigosos".

Temos vivido um grande paradoxo, pois, no lugar da doença, a sala de espera é revestida de

alegria pintada pelo colorido dos panos que voam levando consigo batmans, homens aranha, princesas e animais ferozes. Se o hospital é comumente visto como um lugar apenas de dor e sofrimento, o que para muitos ratifica a idéia do adoecimento como um "castigo a ser expiado"; acrescentamos a tal situação o despreparo daqueles que se tornam pais, numa época que, segundo Bauman, é marcada por valores fluidos, permeáveis, causando grande dificuldade àqueles que se arvoram em assumir a responsabilidade de criar um filho, de educar e, portanto, impor limites. Se a ameaça de uma injeção (como castigo) serve para estancar o ineducável, o que fazem esses pais quando a castração, sob a forma de uma ameaça imaginária é substituída por uma invasão real no corpo?

Nosso grande desafio tem sido pensar que se o dispositivo criou uma forma nova, para as crianças estarem no hospital, que suporte pode

ser dado à família que ferida narcisicamente se encontra desamparada pelas políticas públicas? Temos pensado como nessa rede interdisciplinar, podemos recriar, no laboratório Brincante, um lugar possível para a dor desses pais.

Bauman, Z. **Modernidade Líquida**, RJ, Jorge Zahar, 2001.

Bergès, J. **O corpo e o olhar do outro**. Porto Alegre: Cooperativa Cultural Jacques Lacan, 1986.

Cohen, R. H. P. O saber – fazer com o brincar. In: Mattos, C. A. (org.) **Psicomotricidade** - da educação infantil à gerontologia. São Paulo: Lovise, 2000.

DAS MENINAS DE *FAMÍLIA* ÀS FAMÍLIAS DE *MENINAS*

Susana Cançado Teatini

O documentário, produzido por Sandra Werneck, "*Meninas*" foi objeto de debate no Laboratório a-Palavrar, em evento com entusiasmados participantes. A questão abordada foi a gravidez na adolescência, suas turbulências e conseqüências, beirando à irresponsabilidade. As protagonistas do filme nos apresentam suas famílias, chamando minha atenção para o que vou tomar a liberdade de nomear como *famílias de Meninas*. Essas famílias retratadas no documentário — são tão atuais! — me remetaram a uma expressão que parece ter ficado fora de moda, tanto quanto os personagens que fizeram parte daquela família, isto é, as *meninas de Família*, com quem convivemos intimamente. Essas mesmas meninas tiveram destaque nos filmes Rodrigueanos daquela época, motivo de muita polêmica. Enfim, o que esta mudança da família, na sintaxe, nessa gramática social, nos revela?

As famílias despidas pelo filme vão revelando como a "*mulher-mãe*", a "*menina-mãe*" se articulam. Parece-me que a *menina* não tem outra escolha, senão seguir a mesma trilha nas marcas deixadas por sua mãe. A novela é a mesma — mulheres engravidam e os companheiros ficam juntos por um tempo pequeno e partem, ou abandonam e/ou morrem tragicamente. Os pais dessas *Meninas* são passageiros, desconhecidos, esquecidos ou guardados nas caixinhas de lembranças. Os dois únicos pais abordados na filmagem declaram sua culpa, arrependimento e omissão em relação às filhas. Um dos pais, ao ser interpelado sobre a situação da filha, declara que "filho é muito sofrimento" e "os homens vão fazendo filho que ficam jogados pelo mundo". O que resta dessa novela de amor sem final feliz? É o filho e a *menina-mãe*. O que o roteiro do filme vai desvelando é a cumplicidade entre as mães e as filhas na criação das crianças, na luta pela sobrevivência. São mães que se tornam avós e

novamente mães, ao mesmo tempo. São filhas que devem ser mães de seus filhos e de seus irmãos. E as famílias amputadas da figura paterna se arranjam, se viram e reviram.

E a *menina de Família* de outrora, onde ela se exilou? Aqui nas Minas Gerais — onde ela viveu seu apogeu — resgato-a apenas na lembrança de minha adolescência. A família nessa época era identificada por um nome, o "nome de família", ou sobrenome. Quando se fazia referência a determinada menina como *menina de Família*, estava embutido aí um nome do Pai, herança de *Família*, que era transmitido de geração a geração. Essas *Famílias* carregavam a tradição, zelavam pelos bons costumes, ditados pela moral burguesa. Por conseqüência, as *meninas de Família* representantes da ideologia edípica eram dignas de respeito e reservadas para serem desposadas. O nome de Família era o atestado de bons antecedentes. "Das meninas de *Família* às famílias de *Menina*", constato que ocorreu uma inversão do sujeito na sintaxe, na

gramática social, filmando a realidade. Será que podemos tomar as famílias de *Meninas*, como um dos sintomas contemporâneos, enquanto resposta do sujeito ao desfalecimento do Pai? Seria uma (re)invenção frente ao desamparo?

Diante dos novos arranjos familiares, não se trata de um juízo moral, não há que se opor ao modelo ideal, *meninas de Família*, a *famílias de Meninas*. O que nos interessa levar em conta é o efeito de sentido que a família tem sobre o

sujeito — a criança e o adolescente — e de seu mal estar. E Lacan nos adverte que é "melhor que renuncie quem não puder unir a seu horizonte a subjetividade de sua época".

CIEN-Digital agradece a todos que contribuíram na elaboração deste número.

Envie-nos seu texto até 2.000 caracteres para mariarita.guimaraes@gmail.com.

Editor: Maria Rita Guimarães

Conselho editorial: Cristiane Barreto Nápolis, Ludmilla Féres Faria

Patrocínio: Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais - IPSM-MG.

Co-editor: Cristiana Pittela de Mattos

Consultor: Célio Garcia